

**REFLEXÕES SOBRE O CRITÉRIO DA (IN)DEPENDÊNCIA NO ÂMBITO DA  
INTEGRAÇÃO DE ORAÇÕES***REFLECTIONS ON THE CRITERION OF (IN)DEPENDENCE WITHIN CLAUSE  
INTEGRATION*Ivo da Costa do Rosário<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo, de base teórica e bibliográfica, tem como objetivo discutir o conceito de (in)dependência sintática e semântica com relação aos processos canônicos de subordinação e coordenação. Comumente é afirmado que as orações coordenadas são independentes e as subordinadas são dependentes. Essa correlação, entretanto, tem recebido críticas ao longo do tempo, especialmente em trabalhos mais modernos. Afinal, nem sempre está claro se a (in)dependência é de base semântica ou sintática. Além disso, há casos fronteirços em que não é possível delimitar com clareza se uma estrutura detém todos os traços de uma construção subordinada ou coordenada. A proposta desenvolvida pela Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) redimensiona o critério da (in)dependência, cotejando-o com o do encaixamento, em uma proposta escalar e gradiente. Apropriando-se da teoria dos protótipos, a LFCU apresenta uma alternativa descritiva para a questão da (in)dependência, mais fiel ao uso efetivo da língua, como fica evidente nas pesquisas desenvolvidas por autores brasileiros e estrangeiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dependência; Subordinação; Coordenação

**ABSTRACT:** This article, based on theoretical and bibliographic assumptions, aims to discuss the concept of syntactic and semantic (in)dependence with respect to the canonical processes of subordination and coordination. It is commonly stated that the coordinate clauses are independent and the subordinate ones are dependent. This correlation, however, has received criticism over time, especially in modern works. After all, it is not always clear whether the (in)dependence is of semantic or syntactic basis. In addition, there are borderline cases in which it is not possible to clearly define if a structure has all the features of a subordinate or coordinate construction. The proposal developed by Usage-Based Functional Linguistics resizes the criterion of (in)dependence, comparing it with the embedding in a scalar and gradient proposal. Based on the theory of prototypes, the Usage-Based Functional Linguistics presents a descriptive alternative to the question of (in)dependence, more faithful to the effective use of language, as it becomes evident in the researches carried out by Brazilian and foreign authors.

**KEYWORDS:** Dependence; Subordination; Coordination

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e professor de Linguística do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas abordagens tradicionais acerca da integração de orações, normalmente, constatamos muitas divergências com relação aos processos de coordenação e de subordinação. Essas divergências são numerosas e o tratamento dado ao assunto, por vezes, é bastante heterogêneo. Aliás, essa situação mantém-se até mesmo em perspectivas mais modernas.

A coordenação e a subordinação são os dois únicos processos de estruturação de orações consagrados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (de agora em diante, NGB), estatuída pela Portaria Ministerial nº 36, de 28/01/1959. Em consequência disso, essa perspectiva costuma ser adotada pela maioria dos gramáticos de orientação tradicional, o que implica a omissão de discussões mais aprofundadas sobre a correlação e a justaposição, por exemplo.

Dentro desse grande universo, este artigo propõe-se a eleger um ponto central para discussão: a questão do critério da **(in)dependência sintática e semântica** no âmbito da coordenação e da subordinação. Esse critério é comumente adotado por muitos professores como sendo o fiel da balança na distinção entre ambos os processos. Entretanto, como veremos, há muitas controvérsias no tocante a esse tópico.

Dito isso, o presente trabalho segue estruturado em quatro seções. Na seção 1, faremos uma exposição do pensamento dos autores de orientação tradicional acerca dos processos de coordenação e subordinação. Buscaremos apresentar as contribuições e os dissensos entre eles, especialmente com relação ao critério da (in)dependência. Na seção 2, apontaremos alguns caminhos alternativos à Tradição. Para este artigo, elegemos Perini (2000), Mateus et al. (2003), García (2004), entre outros. Na seção 3, apresentaremos brevemente a Teoria dos Protótipos, que tem como marca principal a não dicotomização entre os processos canônicos de ligação interoracional. Por fim, na última seção, e à guisa de conclusão, apresentamos a proposta funcionalista para a questão do critério da (in)dependência sintática e/ou semântica. Fecham o trabalho as referências bibliográficas nele utilizadas.

### 1. ABORDAGENS TRADICIONAIS

De um modo geral, as gramáticas tradicionais preceituam que a subordinação é definida em termos de **dependência**, já que a oração subordinada consiste em um termo que exerce função na principal, ou porque a subordinada não teria sentido completo sem a principal. As orações coordenadas, por sua vez, são normalmente definidas pelo critério da **independência**, porque possuem sentido completo e/ou não constituem um termo da oração a que se ligam.

Apesar da elegância da proposta, a questão não é tão simples. Para Rocha Lima (1999) e Ribeiro (2004), por exemplo, a subordinação exhibe uma relação de **dependência sintática**. Para Almeida (2004) e Bueno (1963), por outro lado, trata-se de uma relação de **dependência semântica**. Da mesma forma como há divergência no tocante à subordinação, também há dissensões no âmbito da coordenação. Assim, para Cunha e Cintra (2001) e Kury (2003), na coordenação, há **independência semântica**. Já para Rocha Lima (1999) e Ribeiro (2004), trata-se de um caso de **independência sintática**.

Camara Jr. é um crítico desse critério da (in)dependência, pelo menos no âmbito da coordenação. Vejamos como ele aborda essa questão, em obra organizada por Uchôa (2004).

O fato de cada oração coordenada manter a sua individualidade não quer dizer que cada uma seja independente das outras. Ou melhor: uma oração coordenada não forma sentido ‘completo’, como se costuma dizer erroneamente por força de uma tradução falsa da definição de Dionísio da Trácia – ‘autotele’, que no velho gramático alexandrino significa ‘autonomamente’, isto é, com sua individualidade. [...] Mesmo nas orações assindéticas, cada uma não dá o sentido completo, pois cada uma prepara a compreensão da seguinte (UCHÔA, 2004, p. 109).

De acordo com Rosário (2007), os critérios semântico e sintático estão presentes na maioria das definições apresentadas, juntamente com o conceito de dependência, mas não são bem definidos, gerando incompreensões e falta de clareza nas exposições teóricas. Essa heterogeneidade evidencia a carência de uma posição precisa por parte dos gramáticos de orientação tradicional e dificulta uma análise gramatical criteriosa.

Outra perspectiva defendida por alguns autores, fora do campo estritamente sintático, é a de advogar a ideia de que a diferença entre subordinação e coordenação poderia ser fixada com base semântica e/ou pragmática.

As relações no nível da coordenação são paratáticas e constituem significantes de uma linguagem prevalentemente afetiva, mais apropriada

para a transmissão de estados emocionais. Ao contrário, as construções no nível da subordinação são hipotáticas e implicam necessariamente uma rigidez de raciocínio lógico, sendo significantes de linguagens especificamente informativas ou intelectivas [...] As construções paratáticas valem [...] como significantes de espontaneidade, revestem os enunciados de tons evocativos. [...] Por isso, também a fala coloquial usa de preferência o estilo paratático. [...] Com o fenômeno da hipotaxe [...], há uma maior formalização do estilo, a fim de que o discurso se torne mais austero, já que todas as ideias se vinculam por meio de elos de subordinação. Como consequência, maior objetividade, menos espontaneidade (MONTEIRO, 1991, p.48-50).

Monteiro (1991), como se observa, tece importantes considerações acerca dos processos de subordinação e coordenação, desloca a discussão do lugar comum proposto pelos autores tradicionais, mas ainda está demasiadamente focado em uma única perspectiva. Sem dúvida, suas reflexões são importantes, mas não podem ser tomadas de maneira categórica, visto que a questão não é tão simples assim. Aliás, sua posição é contestada por alguns especialistas de postura menos ortodoxa como Garcia (1967), que demonstra haver limites muito tênues entre coordenação e subordinação.

Dependência semântica mais que do que sintática observa-se também na coordenação, salvo, apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções ‘e’, ‘ou’ e ‘nem’. Que independência existe, por exemplo, nas orações ‘portanto, não sairemos?’ e ‘mas ninguém o encontrou?’ Independência significa autonomia, autonomia não apenas de função mas também de sentido. [...] Quando se diz que as orações coordenadas são da mesma natureza, cumpre indagar: que natureza? Lógica ou gramatical? As conjunções coordenativas que expressam motivo, consequência e conclusão (pois, porque, portanto) legitimamente não ligam orações de mesma natureza, tanto é certo que a que vem por qualquer delas encabeçada não goza de autonomia sintática. O máximo que se poderá dizer é que essas orações de ‘pois’, ‘porque’ (dita explicativa) e ‘portanto’ são limítrofes da subordinação. Em suma: coordenação gramatical mas subordinação psicológica (GARCIA, 1967, p.22-23).

Apesar de Garcia (1967) também não definir claramente os conceitos de coordenação e de subordinação, tratando-os de forma relativamente subjetiva, lança questionamentos muito válidos no que tange a esses dois processos, uma vez que reconhece a existência de uma zona de interseção difícil de ser definida entre eles. Esse ponto da questão é fundamental para o desenvolvimento de nossa linha de argumentação, haja vista a perspectiva teórica adotada por funcionalistas no tocante a esse assunto.

Pelo exposto, podemos concluir, por ora, que associar coordenação à ideia de independência, e subordinação ao conceito de dependência, como tradicionalmente se faz,

gera imprecisões de ordem teórica, já que o conceito de dependência é complexo, polissêmico e ainda muito mal definido.

## 2. ABORDAGENS MAIS MODERNAS

Alguns outros autores mais afinados com teorias de base linguística, como Perini (2000), Mateus et al. (2003) e García (2004), entre outros, oferecem pontos de vista distintos para a questão do critério da (in)dependência na arena das relações interoracionais.

De acordo com Perini (2000, p. 129), a dicotomia que se instaurou entre os conceitos de coordenação e subordinação representa uma “simplificação e está longe de dar conta de todos os fatos”. A subordinação, segundo o autor, é um fenômeno estrutural, em última análise, bastante simples. Já os casos tradicionalmente classificados como de coordenação não formam um grupo tão consistente e homogêneo.

Pesquisas mais modernas, de fato, têm comprovado que as chamadas orações explicativas e conclusivas apresentam graus de integração distintos em comparação às coordenadas aditivas, alternativas e adversativas. Essa diferença é permeada especialmente pela questão da (in)dependência. Afinal, conclusivas e explicativas são mais integradas à base do que as aditivas, adversativas e alternativas. A associação do conceito de coordenação à ideia de independência, portanto, fica bastante enfraquecida, visto que, no bojo das estruturas coordenativas, detectam-se diferentes comportamentos morfossintáticos.

Mateus e colaboradores (2003), de inspiração gerativista, também trazem inovações significativas para os estudos descritivos em língua portuguesa. Segundo as autoras, as orações coordenadas são caracterizadas por construções que combinam constituintes de mesmo nível categorial – sintagmas ou frases. Diferenciam-se da subordinação, sobretudo em termos formais, já que uma coordenada não desempenha função sintática, nem função temática em relação à outra. Optam, portanto, por um critério essencialmente de base sintática.

A coordenação serviria como um mecanismo gerador recursivo, por meio do qual se combinam constituintes ou partes de constituintes. No âmbito da sentença composta, essas orações são consideradas *estruturalmente independentes*, ou seja, não são encaixadas no lugar de um dos constituintes de outra, como ocorre com as chamadas subordinadas substantivas (ou subordinadas completivas, como as autoras preferem denominá-las).

Por outro lado, Mateus e colaboradores (2003, p. 555), à maneira de Garcia (1967) e Azeredo (2003), também reconhecem que “a distinção entre subordinação e coordenação nem sempre é fácil de estabelecer. Há construções que estão na fronteira entre uma e outra”. Essa asserção reforça a nossa defesa de que a associação de coordenação a independência e de subordinação a dependência é um simplismo que não reflete os usos reais da língua.

Essas autoras também notaram em seus estudos que, muitas vezes, percebe-se nas sentenças complexas um valor semântico de subordinação com comportamento formal de coordenação. São as chamadas *coordenações assimétricas*. Vejamos alguns exemplos dados pelas próprias autoras:

- (a) Não comes a sopa e não te levo ao cinema!
- (b) Está um dia quente mas a criança tem frio.
  
- (a') Se não comeres a sopa, não te levo ao cinema!
- (b') Embora esteja um dia quente, a criança tem frio.

Em suma, Mateus e colaboradores (2003) retomam o velho debate acerca dos limites entre os coordenação e subordinação, já travado por tantos autores, e sustentam a tese de que esses processos nem sempre são bem delimitados. Por outro lado, está demasiadamente focada em bases formalistas, sem muita atenção para os aspectos de natureza semântico-pragmática.

De acordo com García (2004), as noções de hipotaxe e parataxe são de grande importância, pois servem como instrumentos para conferir coesão aos textos. Entretanto, apesar de o autor precisar bem a diferença entre os termos gregos (parataxe e hipotaxe) e os termos latinos (coordenação e subordinação), reconhece que o assunto enfocado é muito mais complexo do que parece, além de apresentar outros matizes. Vejamos:

O reconhecimento da diferença que existe entre a parataxe e a hipotaxe (como também de seu correlato mais amplo: coordenação e subordinação) não está isento de problemas. [...] Dados dois elementos A e B, sejam frases ou orações, em que nos baseamos para assegurar que A e B estão no mesmo nível ou, ao contrário, que B está sob A ou dominado por A? Os gramáticos costumam dizer que quando dois termos estão unidos por coordenação, qualquer um deles resulta prescindível, mas, quando estão unidos por subordinação, dita supressão potencial é impensável (GARCÍA, 2004, p.3514).

De fato, o critério estabelecido pelos gramáticos, ou seja, o da prescindibilidade, pode ser válido para um grande número de casos. Vejamos alguns exemplos adaptados dos próprios autores e como eles os classificam.

(c) Os estudantes leem Freud e Kafka. → Coordenação.

(d) Os antúrios nascem na selva e os cactos crescem no deserto. → Coordenação ou Parataxe.

(e) Meu primo deseja uma moto. → Subordinação.

(f) Meu primo deseja que lhe comprem uma moto. → Subordinação ou Hipotaxe

Segundo a análise desenvolvida por García (2004), o exemplo (c) admitiria, sem problemas, os seguintes desdobramentos: *Os estudantes leem Freud* e *Os estudantes leem Kafka*. Também seria possível, em relação ao período (d), lermos: *Os antúrios nascem na selva* e *Os cactos crescem no deserto*. Por outro lado, obteríamos um efeito ilógico ou incompreensível se suprimíssemos tanto o segmento “uma moto” do exemplo (e) quanto a oração subordinada “que lhe comprem uma moto” do período (f). Afinal, *Meu primo deseja* é uma frase incompleta.

Assim, de acordo com os exemplos apresentados, o critério da prescindibilidade, utilizado pela maioria dos gramáticos, de fato, poderia ser útil e proveitoso; entretanto, não é sempre aplicável a todos os casos da língua em uso. Na verdade, quando lidamos com a coordenação e a subordinação, esse critério pode apresentar falhas. Vejamos os exemplos a seguir, também fornecidos e classificados por García (2004, p. 3514).

(g) João e Pedro se parecem. → Coordenação

(h) Ou você se cala ou lhe expulso da sala de aula. → Coordenação ou Parataxe

Por meio dos exemplos (g) e (h), podemos verificar que nem sempre podemos prescindir de membros coordenados. Se isso fosse possível, as orações acima desdobradas *João se parece(m)*, *Pedro se parece(m)*, *Ou você se cala* e *Ou lhe expulso da sala de aula* teriam sentido completo se tomadas isoladamente. Sendo assim, concluímos que o critério da prescindibilidade, também apresentado por vários autores de base tradicional no Brasil sob o rótulo de *independência*, carece de solidez. Mesmo podendo ser aplicado a algumas situações, não pode ser considerado totalmente seguro (cf. ROSÁRIO, 2007).

Ante as dificuldades que estabelecem os critérios formais, alguns estudiosos modernamente preferem justificar a diferença entre parataxe e hipotaxe com argumentos do tipo semântico (cf. MONTEIRO, 1991). Entretanto, García (2004, p. 3541) afirma que



estabelecer propriedades semânticas que diferenciem a parataxe da hipotaxe também é tarefa árdua. Por exemplo, vejamos o par de orações abaixo, adaptadas da gramática do autor.

- (i) Corra e eu lhe darei um prêmio. → Parataxe.  
(j) Se você correr, eu lhe darei um prêmio. → Hipotaxe.

Se com a conjunção paratática *e* podemos relacionar orações<sup>2</sup> como (j), de caráter hipotático, podemos concluir que não há, em termos gerais, uma diferenciação cabal entre um “sentido paratático” e outro “sentido hipotático”, já que é muito comum a paráfrase de um tipo por outro.

Da mesma forma como García (2004), Andrade (1987, p. 67) também acredita que orações coordenadas possam refletir uma carga semântica semelhante às subordinadas e vice-versa. A autora apresenta os seguintes exemplos.

- (k) Vai e verás; ou você crê, ou morrerá.  
(k') Se fores, verás; se você não crer, morrerá.  
(l) Matou um guarda, e foi preso.  
(l') Foi preso, porque matou um guarda.  
(m) Comprei um carro, é muito bom.  
(m') O carro que comprei é muito bom.

As frases (k), (l) e (m) são constituídas de orações coordenadas, enquanto (k'), (l') e (m') são subordinadas; entretanto, verificamos que os conteúdos semânticos emergentes de ambas são bem semelhantes. Isso reforça, como fica claro, que não há propriamente uma semântica própria de coordenação e outra de subordinação.

Essa proximidade semântica entre subordinação e coordenação levou alguns autores como Soares e Campos a postularem a existência de coordenação semântica diferente da coordenação sintática, em termos semelhantes aos já vistos em García (1967).

Há *coordenação semântica* quando orações que se coordenam ‘gramaticalmente’ são orações que guardam, cada uma, seu sentido próprio, autônomo, independente. A coordenação é tanto gramatical quanto

---

<sup>2</sup> Certamente, as cargas semânticas de (i) e (j) não são totalmente idênticas. Em (i), por exemplo, a forma verbal *Corra* é de caráter assertivo e imperativo, o que já não ocorre em (j), que se situa no nível hipotético: *Se você correr...* Por outro lado, assim como García (2004), assumimos que existe uma possibilidade de aproximação semântica entre ambas.



semântica quando as orações se organizam numa enumeração de fatos ou de ações independentes. [...] A coordenação gramatical se aproxima de uma *subordinação semântica*: na verdade, as orações não são inteiramente independentes e autônomas quanto a seu sentido, pois o sentido de cada uma depende, de certa forma, do sentido da oração anterior e determina o sentido da oração seguinte. [...] Dependência de sentido, ou subordinação semântica, aparece ainda mais claramente nas orações que sintaticamente se classificam como coordenadas sindéticas adversativas, conclusivas e explicativas. (SOARES; CAMPOS, 19-- , p. 26-27)

Assim, excluída a possibilidade de associarmos categoricamente um dito conceito semântico à parataxe e outro à hipotaxe, só nos resta a possibilidade de determinar que significados são mais paratáticos e quais são mais hipotáticos, em uma espécie de *continuum* escalar, como têm feito os pesquisadores funcionalistas (cf. ABREU, 1997; BARRETO, 1992; HOPPER; TRAUGOTT, 1997 e outros). Essas constatações, como podemos também defender, excluem igualmente uma associação do conceito de coordenação a independência e do conceito de subordinação a dependência, tanto no plano sintático quanto semântico.

Enfim, as abordagens alternativas à NGB, que é a “alma” das obras tradicionais, também não esclarecem a questão da (in)dependência em absoluto. Os autores mais tradicionais tendem a adotar afirmações mais categóricas, enquanto os pesquisadores mais modernos tendem a ser mais cautelosos, apresentando as dificuldades na adoção do conceito de (in)dependência, oscilando entre os critérios sintático e semântico. Alguns estudiosos, como García (2004), chegam claramente a postular uma maior flexibilidade na aplicação desses conceitos. A seguir, apresentamos uma teoria que se coaduna mais fortemente com essa última perspectiva de maleabilidade. Trata-se da Teoria dos Protótipos.

### 3. TEORIA DOS PROTÓTIPOS

O critério de categorização subjacente às propostas tradicionais está calcado na chamada tradição aristotélica, segundo a qual há correlação perfeita entre categoria e atributos. Em termos práticos, segundo essa perspectiva (cf. TAYLOR, 1989), se um elemento A e um elemento B pertencem à categoria X, é porque ambos os elementos A e B compartilham propriedades comuns que caracterizam essa categoria X. Essa ideia parece bastante plausível e lógica. Entretanto, as diversas experiências empreendidas, inclusive a observação do nosso dia-a-dia, revelam que tais correlações nem sempre são concretizadas. Por exemplo, a baleia e o gato são mamíferos, mas somente a baleia tem a capacidade de

nadar submersa, ou seja, falta esse atributo aos gatos, apesar de ambas as espécies pertencerem à mesma categoria.

Em sentido oposto à categorização de base aristotélica, cada vez mais a prototipicidade (ou prototíпия) vem ocupando lugar nos estudos descritivos da língua portuguesa. O *protótipo* determina a classificação dos demais membros de uma categoria em função de sua semelhança com um núcleo conceptual. Neves (2006) refina esse conceito, apresentando duas visões particulares.

A categoria decorre, pois, das relações associativas entre os diversos referentes, não sendo necessariamente postulada uma entidade central que a represente. Como mostra Kleiber (1988), essa é, na verdade, uma ‘versão ampliada’ da semântica do protótipo, a qual sucedeu a uma versão padrão, que apresentou duas fases: na primeira, o protótipo é entidade central em torno da qual se organiza a categoria, situando-se no centro aqueles exemplares que têm maior semelhança com o protótipo, e na periferia os que têm menor semelhança (o protótipo é o melhor exemplar da categoria, para o falante, e a análise semântica representa associar-se um vocábulo a um referente, na determinação do protótipo); na segunda fase, o protótipo é visto como uma entidade cognitivamente construída com base nas propriedades típicas da categoria (pode-se, ainda, falar de um melhor representante ou exemplar da categoria, mas apenas com base no conjunto das propriedades que representam da melhor forma a categoria.) (NEVES, 2006, p.22).

Taylor (1992, p. 42), em abordagem semelhante à de Neves (2006), utiliza a noção de *protótipos*, que servem como pontos de referência para a categorização de exemplares não tão claros de uma determinada categoria. A teoria dos protótipos, portanto, indica que as categorias tipicamente têm limites difusos e podem até mesmo fundir-se uma na outra. Alguns atributos podem ser compartilhados por apenas alguns membros de uma categoria, como pode haver categorias até mesmo sem atributos compartilhados por todos seus membros.

Essas considerações ajudam a explicar as sobreposições de critérios e características dos processos de estruturação sintática. Aplicando-se a Teoria dos Protótipos à questão do critério da (in)dependência, somos levados a afirmar que algumas orações são mais dependentes e outras são menos dependentes. Trata-se de uma questão de *graus de pertença*, e não de classificações categóricas. Nesse sentido, a contribuição da Teoria dos Protótipos é bastante inovadora em relação às apresentadas anteriormente.

Entre as várias vantagens da Teoria dos Protótipos, devemos sublinhar a possibilidade de inclusão de dados não canônicos, antes deixados à margem por perspectivas de cunho aristotélico. Os casos ambíguos e de difícil classificação não ficam marginalizados nessa

abordagem. Ao contrário, também os membros periféricos podem ser associados às diversas categorias, já que não é necessário que todos os membros de uma determinada categoria apresentem os mesmos traços em comum. Aliás, segundo Neves (2006, p. 23), “eles podem, mesmo, pertencer a subcategorias diferentes, mas constituir uma mesma categoria, por meio de princípios de encadeamento e associação”.

Como se verá a seguir, a noção de protótipo encontrou amplo espaço para desenvolver-se no âmbito dos estudos funcionalistas, conforme propuseram Hopper e Traugott (1997). De fato, o Funcionalismo caracteriza-se justamente por postular traços de fluidez no *continuum* categorial, bem diferente das abordagens teóricas que assumem categorias discretas embutidas em sistemas fixos e estáveis.

O ponto de vista adotado neste artigo aponta para uma concepção de categorias gramaticais como entidades difusas, e não como compartimentos estanques claramente definidos e delimitados. Afinal, as categorias que podem ser definidas por condições necessárias e suficientes não são mais do que um grupo, muito reduzido, das categorias existentes (cf. CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 35).

A teoria dos protótipos, portanto, permite uma análise mais acertada da questão da (in)dependência sintática e/ou semântica, visto que os exemplos marginais ou de difícil classificação podem ser agasalhados pela investigação linguística, sem necessidade de afirmações *ad hoc*. Em vez disso, partimos do princípio de que as categorias são *fuzzy*, ou seja, não-discretas e, portanto, com limites fluidos.

#### 4. A PROPOSTA FUNCIONALISTA CENTRADA NO USO

Segundo Cezário e Cunha (2013, p. 9), a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU, de agora em diante) “parte do princípio de que há uma simbiose entre discurso e gramática: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente”. Nessa perspectiva teórica, a gramática é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, motivada pelo uso dos falantes. Nesse sentido, não podemos falar em total estabilidade sistêmica.

A LFCU, como tem sido conhecida, reúne pressupostos teóricos advindos da Linguística Funcional de vertente norte-americana com as contribuições da Linguística Cognitiva, especialmente da Gramática de Construções, na esteira de Goldberg (1995, 2003) e

Croft (2007). O arsenal teórico oferecido por essa corrente ajuda a analisar a língua em uso sob uma perspectiva qualitativa e/ou quantitativa, com rigor e apuro.

Na linha de Croft (2007), tanto os aspectos da forma (propriedades sintáticas, morfológicas e morfológicas) quanto os aspectos do significado (propriedades semânticas, pragmáticas e funcional-discursivas) são igualmente relevantes na análise linguística. Nesse sentido, não cabe a investigação dos objetos em linguística sem atenção para esses polos. No tocante à questão da (in)dependência, por exemplo, deveremos levar em conta tanto os aspectos formais quanto funcionais, diferentemente da maioria dos autores já analisados que, em geral, consideram apenas um deles.

Partindo-se do princípio teórico de que a mudança costuma ser gradual e lenta, não podemos falar em categorias discretas. De fato, os processos funcionais de mudança não são operados por meio de realidades estanques, mas podemos afirmar, baseados na teoria dos protótipos, que uma dada categoria vai afastando-se do seu núcleo conceitual e vai gradativamente aproximando-se de outro, de forma gradiente.

A noção de protótipo (discutida na seção anterior) encontrou amplo espaço para se desenvolver no âmbito das pesquisas funcionalistas. Decerto, parece ser mais conveniente estabelecermos a pertença de um elemento a uma categoria a partir de um grau de similitude com o protótipo, entendido como o exemplar que melhor se reconhece, o mais representativo e distintivo de um grupo, posto que é o que compartilha mais características com o resto dos membros da categoria e menos com os membros de outras categorias. Assim, nosso ponto de vista aponta para uma concepção de categorias gramaticais como entidades difusas, e não como compartimentos estanques claramente definidos e delimitados.

Com relação aos processos de integração de orações, Hopper e Traugott (1997) afirmam que a formação inicial de uma oração complexa envolve a combinação de dois núcleos separados e autônomos mutuamente relevantes em uma estrutura mais integrada.

Ainda segundo esses autores, todas as línguas têm dispositivos para interligar as cláusulas no que chamamos de períodos complexos. Entretanto, esses mecanismos de ligação intersentencial diferem radicalmente de uma língua para outra, desde construções justapostas razoavelmente independentes até construções retóricas dependentes e complexas. Não se trata, portanto, de uma visão dicotômica de dependência ou independência, mas de uma abordagem gradual em que a análise linguística se efetiva em um *continuum* categorial.

Segundo Heine et al. (1991, p. 20), tanto a coordenação quanto a subordinação gramaticais teriam se desenvolvido a partir de estruturas discursivas que se

convencionalizaram. Por isso, a combinação de orações pode ser interpretada como uma gramaticalização da organização retórica do discurso, que vai sofrendo as influências dos falantes ao longo do tempo, de forma contínua (cf. MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988, p. 286).

Os autores acrescentam que seria mais acertada a afirmação de que os períodos compostos hierarquizam-se de variadas formas, o que pode ser simplificado por meio de um declive com, pelo menos, três “pontos de aglomeração”. Assim, Hopper e Traugott (1997, p. 170) advogam a existência dos seguintes processos:

- 1) **Parataxe** ou independência relativa. Pode apresentar orações justapostas ou coordenadas. As primeiras se caracterizam pela adjacência de dois ou mais núcleos expressos em um único contorno entonacional sem o uso de elementos conectores. Já as coordenadas diferem das primeiras pelo fato de virem ligadas formalmente por um conectivo.
- 2) **Hipotaxe**, em que há um núcleo, e uma ou mais orações que não podem ficar sozinhas e que são, por conseguinte, relativamente dependentes. Incluem as orações relativas apositivas e as adverbiais da gramática tradicional.
- 3) **Subordinação**, ou, em sua forma extrema, encaixamento; em outras palavras, dependência completa, em que uma margem está completamente incluída no constituinte de um núcleo. Abrange as orações completivas e as relativas restritivas.

A parataxe, segundo os autores, é menos integrada que a hipotaxe, que por sua vez, é menos integrada que a subordinação. Nos termos de Givón (1979), a maior integração semântica ou pragmática acarreta também maior integração sintática. Assim, a estruturação sintática estaria imbricada com a significação veiculada pelas sentenças da língua. Essa proposta, como vemos, ressignifica a questão da (in)dependência, tomando-a sob outras bases, visto que o plano da forma precisa ser cotejado com o do significado de forma integrada, sem desconsiderar um ou outro.

Segundo a LFCU, há certo isomorfismo entre integração sintática e integração semântica, já que “integração pode ser entendida como uma incorporação ou fusão de elementos morfossintáticos e semânticos de duas orações” (cf. GONÇALVES et al., 2007, p. 134). Assim, o conceito de **(in)dependência**, preconizado pelas gramáticas tradicionais, passa a ser considerado juntamente com o de **integração**. Givón (1990, tradução nossa) assera:



		- Sub	+ Sub - Coord			
			1	2	3	
1. Posição interfrástica	+	+	+	+	+	+
2. Posição intrafrástica	+	-	-	-	-	-
3. Emprego pós-encadeador	-	+	+	+	+	-
4. Modo indicativo	+	+	+	+	+	+
5. Modo subjuntivo	-	-	-	-	+	+
6. Permissão de elipse	+	+	-	-	-	-
7. Emprego como encadeador	+	-	+	-	-	-
8. Introdutor de S completa	-	-	-	-	-	+

Com base em tais matrizes e na exposição teórica da autora, podemos assim caracterizar cada ponto:

- [ + coordenação ]  
\* Conjunções aditivas, disjuntiva *ou*, adversativa *mas* e correlações aditivas e disjuntivas.
- [ + coordenação – subordinação ]  
\* Conjunções comparativas e correlações comparativas e modais.
- [ + subordinação – coordenação ] – tipo 1  
\* Conjunções explicativas e causais.
- [ + subordinação – coordenação ] – tipo 2  
\* Conjunções adversativas e conclusivas.
- [ + subordinação – coordenação ] – tipo 3  
\* Conjunções concessivas, condicionais, modais, finais, temporais e correlações consecutivas.
- [ + subordinação ]  
\* Conjunções integrantes.

A autora observa que tais matrizes não tentam englobar todas as conjunções possíveis, já que há especificidades morfossintáticas singulares em alguns itens conjuncionais. O mais importante, porém, é a conclusão a que é possível chegarmos a partir de seu estudo: com dois níveis de coordenação e quatro níveis de subordinação, reiteramos que associar dependência a um processo e independência a outro é algo inadequado.



Outra proposta que busca um *continuum* entre coordenação e subordinação foi formulada por Abreu (1997). Segundo o autor, os processos de ligação de orações estabelecem relações e atividades de construção textual realizadas por interlocutores por ocasião do processamento do texto, quer escrito, quer falado.

Por meio do uso de seis propriedades propostas por Haiman e Thompson, Abreu (1997) analisa as diversas orações da gramática da língua portuguesa em busca de um *continuum* de integração, tal como fez Barreto (1992). Entretanto, o autor utiliza diferentes parâmetros.

1. Identidade de tempo e/ou sujeito.
2. Redução de uma das orações por elipse ou “*opposition loss*”<sup>3</sup>
3. Incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações<sup>4</sup>.
4. Ligação entonacional.
5. Uma oração estar dentro do escopo de outra oração.
6. Ausência de iconicidade.

Após a aplicação dos seis parâmetros anteriores, sob a perspectiva da teoria dos protótipos, Abreu (1997) traça um *continuum* com seis escalas e chega à conclusão de que as subordinadas substantivas subjetivas são as mais integradas à matriz, com nível 6, pois apresentam dependência e encaixamento em nível máximo. As objetivas diretas, por sua vez, seriam de nível 5, visto que apresentam todas as propriedades das subjetivas, com exceção da possibilidade de redução. Na outra ponta, estariam as orações sindéticas aditivas, adversativas e conclusivas, com nível 0, já que não atendem a nenhum dos parâmetros supracitados. As alternativas e explicativas seriam de nível 1, pois atendem respectivamente aos seguintes parâmetros: ausência de iconicidade e incorporação marcada. Em outras palavras, há, tanto dentro da subordinação quanto da coordenação, orações que são + ou - dependentes.

Abreu (1997) percebe grande proximidade entre as substantivas apositivas e as coordenadas. Também verifica maior proximidade entre adjetivas explicativas e as coordenadas do que aquelas com as adjetivas restritivas. Essas conclusões, sem dúvida, são bastante inovadoras e afastam suas descobertas das propostas mais tradicionais. Afinal, os limites e fronteiras entre subordinadas e coordenadas não são rígidos.

<sup>3</sup> *Opposition loss* significa a perda do tempo finito.

<sup>4</sup> Incorporação marcada significa a propriedade de uma oração ser vista como parte de outra, por critérios gramaticais. A oração incorporada perde sua integridade como ato independente de fala. Baseando-se em Dik, Abreu (1997) considera três graus de incorporação: 1º grau – incorporação de argumentos (Ex: Eu vi **que ele chegou**); 2º grau – incorporação de satélites (Ex: Eu comprei meu primeiro carro, **quando fiz dezoito anos**); incorporação de 3º grau – encaixe das adjetivas (Ex: O carro **que eu comprei** tem dois anos de garantia).

Por fim, resta-nos analisar uma última proposta inspirada nos pressupostos teóricos funcionalistas. Da mesma forma como vários outros autores até aqui analisados, Castilho (2002, p. 131) também afirma que “não é pacífica, na literatura especializada, a forma de tratar as sentenças complexas”. Há, portanto, várias abordagens alternativas à classificação tradicional, como já vimos definindo e ilustrando ao longo deste artigo.

Ao investigar os tipos de relação intersentencial, Castilho (2002; 2010)<sup>5</sup> classifica as sentenças complexas a partir de cinco parâmetros:

- **Sentenças complexas estruturadas por justaposição** – uma sentença se apõe a outra, sem qualquer nexos conjuncional (justapostas e assindéticas);
- **Sentenças complexas estruturadas por coordenação** – uma sentença se coordena à outra por meio de nexos conjuncionais. Há relação de independência entre elas. Um elemento coordenado não modifica o outro, no sentido de que não lhe dá qualquer contribuição semântica (por isso, não é adequado considerar a primeira como “principal”);
- **Sentenças complexas estruturadas por encaixamento** – aquelas em que uma sentença está encaixada num constituinte da outra:
  - A. *subordinada substantiva* – o encaixamento ocorreu no SV da primeira sentença, estabelecendo uma relação argumental entre elas;
  - B. *subordinada adjetiva (relativa)* - o encaixamento ocorreu no SN anterior, estabelecendo-se uma relação de expansão;
- **Sentenças complexas estruturadas sem encaixamento** – uma sentença está em relação de adjunção com outra (orações subordinadas adverbiais);
- **Sentenças complexas interdependentes ou correlatas** – são estruturadas de tal forma que na primeira sentença figura uma expressão correlacionada com outra expressão. Verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco.

Castilho (2002; 2010) amplia o número de processos de ligação de orações para cinco. Sua proposta afina-se bastante com a dos consagrados autores funcionalistas, que rompem com a proposta dicotomizadora de considerar apenas a subordinação e a coordenação como

---

<sup>5</sup> Essa proposta é muito semelhante à verificada em Melo (1978, p. 145): “O período composto pode ser constituído de: 1. orações independentes, cada qual representando um pensamento autônomo, e coordenadas entre si; 2. uma oração denominada *oração principal*, que teve um ou mais de um de seus termos desdobrados em outras orações, as quais recebem o nome de *orações subordinadas*; 3. uma oração principal acompanhada de várias orações subordinadas, que nela desempenham a mesma função, estando, portanto, coordenadas entre si; 4. orações interdependentes (correlação); 5. um misto de dois, ou mesmo de três processos sintáticos (coordenação, subordinação, correlação).”

processos de ligação de orações. Além disso, o autor relativiza o conceito de (in)dependência, escalonando-o em cinco grandes processos, e não em dois como preconiza a Tradição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, ficou bastante claro que a integração oracional revela diversos pontos não-consensuais, especialmente do ponto de vista da exposição teórica. Dentre esses pontos, este artigo elegeu a questão da **(in)dependência** como questão central de discussão.

Entre os gramáticos tradicionais, por exemplo, para Rocha Lima (1999) e Ribeiro (2004), a subordinação exibe uma relação de dependência sintática. Para Almeida (2004) e Bueno (1963), por outro lado, trata-se de uma relação de dependência semântica. Na coordenação, para Cunha e Cintra (2001) e Kury (2003), há independência semântica. Já para Rocha Lima (1999) e Ribeiro (2004), verifica-se uma relação de independência sintática. Por fim, há os que ensaiam uma aproximação dos processos sintáticos de subordinação e coordenação com relações semântico-pragmáticas estabelecidas pelas orações.

Entre os autores mais modernos, fica mais clara a percepção de que subordinação e coordenação não constituem uma dicotomia. Nesse sentido, associar a ideia de dependência a um processo e independência a outro carece de solidez teórica. O critério da prescindibilidade é evocado, mas também revela seus pontos fracos e hiatos, como ficou demonstrado por meio de exemplos.

Diante da insuficiência dessas abordagens, destaca-se a Teoria dos Protótipos, que prevê uma nova perspectiva analítica para as categorias gramaticais. Afinal, não é possível dicotomizar as categorias nem estabelecer limites rígidos entre elas. Essa é a teoria que subjaz às propostas funcionalistas centradas no uso. Nesse sentido, tanto os autores brasileiros quanto estrangeiros, no âmbito dessa corrente teórica, propõem um redimensionamento dos processos. Com isso, o critério da (in)dependência é flexibilizado, sendo adotado de forma escalar.

Em síntese, não é adequado, diante das reflexões apresentadas, associar subordinação a dependência e coordenação a independência (em ambos os casos, seja sintática, seja semântica). Ao contrário, esses processos precisam ser considerados em um gradiente que, conseqüentemente, exibirá diferentes níveis de integração e dependência, como demonstram as pesquisas calcadas na Linguística Funcional Centrada no Uso. Dessa forma, o mais



acertado é adotarmos a visão de que o conceito de DEPENDÊNCIA precisa ser analisado em um *continuum*, que prevê a existência de orações + encaixadas, outras – encaixadas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. Coordenação e Subordinação – uma proposta de descrição gramatical. *ALFA – Revista de Linguística*, São Paulo, v. 41, Fundação Editora da Unesp, 1997.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2004.

ANDRADE, Regina Maria Zuccolo Barragat de. *Conjunções em português: aspectos sintático-semânticos*. 1987. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Conjunções: aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

BUENO, Silveira. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad x FAPERJ, 2013.

CROFT, William. *Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century*. Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences, ed. Patrick Hogan. Cambridge: Cambridge University Press. Final Draft, September 2007.

CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel Linguística S.A., 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GARCÍA, Ángel López. Relaciones paratáticas e hipotáticas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 2004.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967.



- GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: \_\_\_\_\_. *Syntax and semantics*. vol. 12. New York: Academic Press, 1979.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional typological introduction*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a new theoretical approach to language*. *Trends in Cognitive Sciences*, 7(5), 219-224. 2003
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et al. (org.). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HEINE, Bernd. et al. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elisabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.
- MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN; THOMPSON (ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.
- MELO, Gladstone Chaves de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- MONTEIRO, José Lemos. *A Estilística*. Rio de Janeiro: Ática, 1991.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PERINI, Mário. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2000.
- RIBEIRO, Manoel P. *Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2004.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Aspectos sintáticos e semânticos do como na linguagem padrão contemporânea*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- SOARES, Magda Becker; CAMPOS, Edson Nascimento. *Técnica de Redação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, [19--].
- TAYLOR, John R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1992.



TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. vol 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Data de recebimento: 30/08/2015

Data de aprovação: 10/05/2016